

# Boletim do Portal

## História da Psicologia 4



*Organizadores*

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Marcus Vinícius do Amaral

Gama Santos



© 2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

### **Equipe de realização**

**Editor Responsável:** André Elias Morelli Ribeiro

**Revisão final:** André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

**Capa:** André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas por inteligência artificial (Gemini 3 Pro)

**Projeto gráfico e diagramação:** Thaís Souza dos Santos

Ficha catalográfica elaborada por Camila Aparecida Rodrigues -  
Bibliotecária CRB SP-010133/O

Boletim do portal história da psicologia 4 [livro eletrônico] / organização André Elias Morelli Ribeiro ... [et al.]. -- Rio das Ostras, RJ : Portal História da Psicologia, 2025. -- (Boletim do Portal ; 4)

PDF

Outros organizadores: Júlia Lombardi Carneiro, Arthur Arruda Leal Ferreira, Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos.

Vários autores.

Bibliografia.

DOI 10.5281/zenodo.18098476

ISBN 978-65-997325-8-4

1. Artigos - Coletâneas 2. Psicologia  
3. Psicologia - História 4. Psicologia - Pesquisa  
5. Publicações científicas I. Ribeiro, André Elias Morelli. II. Carneiro, Júlia Lombardi III. Ferreira, Arthur Arruda Leal IV. Santos, Marcus Vinicius do Amaral Gama V. Série.

# O Neokantismo<sup>81</sup> e o Surgimento da Psicologia Experimental: uma introdução didática

Gabriel Siqueira Alves

## O longo passado da psicologia

### Um breve panorama histórico-filosófico da psicologia e o projeto de Christian Wolff no século XVIII

Segundo a famosa máxima de Hermann Ebbinghaus (1850-1909), “a psicologia tem um longo passado, mas uma curta história”. Nesse sentido, a história da psicologia começa com aquilo que se denomina psicologia enquanto disciplina independente e de cunho experimental, segundo os manuais, cujo marco histórico é a criação do Laboratório de Psicologia Experimental por Wilhelm Wundt em 1879. A despeito do estabelecimento de pedras fundadoras, as condições de possibilidade desse surgimento e as primeiras elaborações de uma “psicologia” são muito anteriores. Se o termo for tomado de modo

---

<sup>81</sup> O “Neokantismo” é entendido, neste texto, de acordo com a definição de Frederick C. Beiser, em seu livro “*The Genesis of Neokantianism*” (1796-1880), no qual afirma tratar-se de um movimento plural e historicamente amplo que buscou renovar e reconstruir a filosofia crítica de Kant no século XIX, promovendo reinterpretções desta filosofia após o declínio do idealismo alemão. Dessa forma, embora o termo possa ser tomado apenas como sinônimo das clássicas escolas neokantianas de Marburgo e do Sudoeste, o movimento é entendido aqui como mais amplo, na esteira da definição de Beiser.

amplo, ou seja, psicologia enquanto “ciência da alma”, pode-se considerar que a primeira psicologia teve lugar na Grécia Antiga, com a elaboração de Aristóteles do tratado “*De Anima*”, sobre a alma - em grego, “*Peris Psyché*” - no qual a alma era considerada como a forma do corpo, ou seja, aquilo que o concedia suas funções vitais e sua estrutura específica. Essa primeira construção culminará posteriormente em uma extensa tradição de elaborações de psicologias baseadas no sistema aristotélico, sendo parte delas voltada para a alma enquanto relacionada ao corpo - alma no sentido amplo utilizado por Aristóteles, enquanto algo presente em todos os seres vivos e relacionada às funções corporais - e outra parte, de uma tradição aristotélico-tomista, irá ocupar-se da alma enquanto espírito ou substância imaterial, devido à reinterpretação, por parte da filosofia medieval, do sistema aristotélico.

Contudo, uma psicologia que se ocupa especificamente da “alma” identificada com a “mente” relacionada nomeadamente aos seres humanos e suas operações mentais, só terá seu primeiro projeto no século XVIII. Era ainda uma psicologia preconizada por concepções mais antigas, como a separação estabelecida por René Descartes, ainda no século XVII, entre alma/mente e corpo. Nesta visão, o sujeito humano é considerado o único dotado da capacidade de pensar, e o pensar, por sua vez, era uma capacidade de ordem imaterial, uma faculdade da alma transcendente, de modo que não poderia existir em outros seres vivos, já que não seriam dotados de alma. Nos anos 1730, o filósofo Christian Wolff definirá sua psicologia como uma parte da filosofia dedicada à alma, que seria composta por funções como

pensamento, vontade e sentimentos. Para ele, a psicologia teria duas partes: a Psicologia Empírica (1732) e a Psicologia Racional (1734), sendo a primeira dedicada à observação dos eventos mentais via introspecção ou auto-observação, e a segunda seria dedicada a categorizar os dados coletados pela observação empírica, a fim de estabelecer verdades sobre os fenômenos mentais. É relevante apontar que, apesar do projeto de psicologia de Wolff não se tratar ainda de uma psicologia experimental e independente nos moldes do que se constituirá no século XIX, este é o primeiro a 1) propor uma psicologia *empírica* que, apesar de não experimental, baseia-se no modelo da física experimental de seu tempo, a newtoniana, 2) situar a psicologia como uma área de conhecimento específico, dando-a um lugar no rol das ciências, apesar de não independente da filosofia, mas sim tomada como base de um sistema filosófico.

Como o fundamento para o projeto de psicologia wolffiano se encontra na física de seu tempo, é a partir dela que o autor busca fundamentar a metodologia a qual a psicologia deveria se submeter. O método de observação que caracterizaria a psicologia empírica deveria apresentar a neutralidade do sujeito-observador que performasse o experimento que, por sua vez, deveria ser passível de repetições, a fim de garantir a objetividade necessária à ciência. Nessa lógica, as observações da Psicologia Empírica enquadradas nesse modelo, conjuntamente à categorização dos dados - tarefa da Psicologia Racional através de cadeias de raciocínio lógico e da indução - proporcionariam à psicologia o estatuto de um conhecimento científico nos moldes de Ciência dessa época, isto é, a de uma ciência caracterizada por um

conhecimento *universal, necessário e dedutivo*. Trata-se de uma ciência mais ocupada com a verdade das proposições lógicas do que com a própria empiria, que era utilizada mais como ferramenta para a produção de um conhecimento racional apriorístico do que um fim em si mesmo.

Porém, há uma problemática evidente nesse empreendimento: a diferença entre os objetos de estudo da física e o da psicologia. Isso porque, enquanto é possível para o físico manter-se, em alguma medida, neutro em relação à sua intervenção no experimento e garantir que este possa ser repetido nas mesmas condições, ele não se dá com o fenômeno psicológico. Para este, a observação é interna, a chamada introspecção, pois o sujeito-observador e o objeto-observado são o mesmo. Este problema será a base do conjunto de críticas que o filósofo Immanuel Kant dedicou ao projeto wolffiano de psicologia enquanto ciência. Será este mesmo Kant que, com uma revolução na história das ideias, tornará possível um empreendimento tal qual o da psicologia experimental do século XIX.

## **A “Revolução Copernicana” de Kant e as críticas à psicologia**

### ***A “Revolução Copernicana” de Kant: o sujeito do conhecimento como centro***

Ao longo da história da filosofia, o problema do conhecimento viu-se às voltas com o objeto, aquilo que se deseja conhecer. Até a segunda metade do século XVIII, período no qual Kant publica sua “Crítica da razão pura”, as posições

predominantes frente à questão do conhecimento, isto é, o racionalismo e o empirismo, compartilhavam, apesar de suas marcantes diferenças, a ênfase no objeto a ser conhecido. Se o empirismo defendia a experiência como fonte do conhecimento, é porque entendia que o que esta proporciona é o acesso à realidade das coisas, o que já indica a abordagem do problema com o objeto ao centro, como aquele que possui certas propriedades em si mesmo e que são descobertas a partir da experiência. O racionalismo, por sua vez, apesar de sua defesa da razão como fonte do conhecimento, como aquela que permite ao sujeito o desvelamento de verdades universais e necessárias sobre a realidade, traz consigo a concepção de que as verdades desveladas são inerentes aos objetos. Nesse sentido, tanto a experiência defendida pelos empiristas, quanto a racionalidade defendida pelos racionalistas, visam acessar uma verdade intrínseca aos objetos. Com isso, independentemente de se considerar a razão ou a experiência como fonte do conhecimento, este era considerado uma descoberta, um desvelamento de propriedades existentes na realidade externa, de tal modo que o sujeito não participava ativamente do processo de conhecer. Não à toa, tanto René Descartes quanto Francis Bacon - o primeiro, expoente do racionalismo e o segundo do empirismo - acreditavam que o conhecimento representaria a realidade, tal como ela é.

O entendimento dessa tradição nos habilita a compreender a novidade empreendida por Immanuel Kant. Em sua “Crítica da Razão Pura”, de 1781, o filósofo inverte tal abordagem tradicional das teorias do conhecimento: ao invés do

conhecimento acessado pelo sujeito ser determinado pelo objeto, é o objeto que é determinado pelo sujeito. Isso significa dizer que o conhecimento é produzido ativamente pelo sujeito, ao invés de ser apenas recebido passivamente, seja pela via da razão ou dos sentidos. Em termos kantianos, o conhecimento é produzido pelas formas *a priori* do conhecimento existentes no sujeito transcendental, cujo processo de construção se dá via sensibilidade, a partir das formas espaço e tempo, pelo entendimento - a partir das categorias organizadoras, como a causalidade - e pela razão, com sua capacidade de ultrapassar a experiência. Nesse sentido, Kant inverte o modelo no qual o objeto se encontra no “centro” do conhecimento, com suas características pré-estabelecidas e prontas para serem desveladas, deslocando o sujeito para este centro, como dotado de formas específicas para conhecer, nas quais os objetos são enquadrados. Essa “Revolução Copernicana” na história das ideias, no fim do século XVIII, é o que abre margem para a psicologia que se desenvolverá somente no século seguinte, pois, ao trazer o sujeito à cena enquanto agente do conhecimento, é possibilitado o advento desse sujeito como objeto de estudo psicológico, o que permitirá que a psicologia se ocupe não mais da “alma” e suas faculdades - como no projeto de Christian Wolff e em toda a tradição aristotélica-tomista anterior - mas das formas do sujeito perceber e conhecer. Ainda nesse mesmo aspecto, a influência para a psicologia se estende à concepção de que tanto os objetos do mundo externo quanto os fenômenos internos do sujeito se encontram em um mesmo plano, isto é, a percepção dos fenômenos “externos” pelo sujeito se dá de modo “interno”, assim

como a percepção de seus fenômenos internos, uma vez que a percepção dos objetos externos se dá mediada pelas estruturas subjetivas. É por esse motivo que, na filosofia kantiana, considera-se que os seres humanos não possuem acesso às coisas em si - o *noûmeno* - mas apenas a como estas aparecem para ele - o fenômeno - o que estabelece uma limitação para o conhecimento humano: o que se conhece do objeto é o modo com que este aparece e não o que ele é independentemente de nós. Tal concepção kantiana visa, para além de estabelecer um limite para a razão humana, propor uma forma segura de se conhecer, pois uma vez tal limitação estabelecida, entende-se que a produção do conhecimento científico deve-se ater ao campo dos fenômenos, sem pretender ir além destes. Por esse motivo, para o autor, toda ciência deve se ancorar na experiência - composta pelo conjunto da sensibilidade e entendimento - isto é, ter um viés empírico, porém, em conjunto com uma elaboração racional. É essa constatação que possibilita que a “Revolução Copernicana” de Kant produza um duplo golpe na psicologia: ao mesmo tempo em que permite o seu novo objeto de conhecimento - o sujeito como agente do conhecimento - é também o que permite a argumentação kantiana contra a possibilidade de um projeto científico desta disciplina.

### ***As críticas à psicologia enquanto ciência***

Em sua obra “Crítica da Razão Pura”, berço da “Revolução Copernicana”, de 1781, Kant faz críticas à metafísica e ao uso da razão de modo indiscriminado como única fonte do conhecimento. Seu livro é, portanto, uma crítica ao racionalismo

e sua concepção da razão enquanto único caminho para o conhecimento. Nesse empreendimento, o autor defende que a psicologia racional - tal como elaborada por Wolff - é impossível, uma vez que conhecer a natureza da alma está para além da capacidade da razão humana. Além disso, Kant entende que, para qualquer tentativa de se estabelecer uma psicologia racional, é preciso partir da constatação do “Eu penso” cartesiano. O problema é que isto seria apenas uma constatação empírica do eu pensante, ou seja, ele garante a existência do “Eu penso”, mas não pode garantir nenhuma das outras características desse “eu” que pensa, como a substancialidade e a identidade, as quais não podem ser provadas apenas pela existência do pensamento. Por isso, para o filósofo, como a psicologia racional pressupõe a substancialidade de seu objeto - a “alma” ou o “Eu pensante” - e esta não pode ser garantida, tal proposta de psicologia simplesmente não seria possível. A conclusão, portanto, é que a psicologia só poderia ser empírica.

Em 1786, em seu livro “Princípios metafísicos da ciência da natureza”, o filósofo aborda a questão da psicologia enquanto uma disciplina empírica e conclui que esta não pode ser científica, pois, para esse empreendimento ser possível, é necessário que a disciplina não seja meramente empírica, mas possua uma elaboração racional que forneça leis necessárias e *a priori* da experiência. Contudo, tais leis só são possíveis a partir da matematização ou quantificação de um conhecimento, o que exige que o fenômeno estudado possua uma dimensão espacial e temporal, o que não é possível no caso da psicologia. Isso porque os eventos mentais possuem apenas a dimensão temporal, isto é,

não existem no espaço. Além disso, Kant defende que mesmo enquanto disciplina “meramente empírica” - baseada na experiência, mas não experimental - a psicologia enfrenta problemas, devido ao fato de não poder controlar seu fenômeno de estudo. O psicólogo só pode observar os seus próprios fenômenos mentais e, se buscar estudá-los de outro sujeito, não é possível submetê-lo exatamente de acordo com os seus objetivos. Ainda, persiste na crítica kantiana o problema primordial mais primitivo, já encontrado em Wolff: o ato da observação dos eventos mentais os distorce e os altera. Isto é apontado como o que impossibilita a neutralidade do sujeito-observador e a possibilidade de repetição do experimento, que são condições do conhecimento científico.

No entanto, não são somente as críticas kantianas que interessam ao desenvolvimento da psicologia moderna - isto é, a psicologia que irá nascer no século XIX - pois elas também traçam o rumo em que projetos de psicologia posteriores tomariam em relação à sua metodologia. Isto favoreceu a transição da psicologia filosófica para a psicologia experimental. Em relação a esse aspecto, uma análise do contexto intelectual na Alemanha do século XIX permite a constatação de como, em meio ao materialismo científico nascente, um projeto de “retorno a Kant” lançará as bases para que um empreendimento como o da psicologia experimental fosse possível.

## **O contexto histórico-filosófico da Alemanha no século XIX e o advento do neokantismo**

O cenário intelectual da primeira metade do século XIX na Alemanha é marcado pela predominância do idealismo pós-kantiano, representado por figuras como Hegel, Fichte e Schelling. Tal corrente de pensamento, apesar de inspirada por Kant, apresenta divergências em relação a ele, já que defendiam que a realidade era essencialmente racional, espiritual e passível de ser explicada exclusivamente pelo intelecto. Para estes filósofos, toda a realidade é mediada pela consciência ou “espírito” e, por isso, não há um conceito tal como o de “coisa em si”, já que não poderia existir algo sem a mediação do intelecto. Devido à crença em uma realidade ordenada e no intelecto como capaz de traduzir tal ordem, os idealistas alemães pós-kantianos acreditavam ser possível a formulação de um conhecimento absoluto, o que se refletiu na criação de grandes sistemas filosóficos que objetivavam explicar a totalidade da realidade, a partir de um princípio racional unificado. Esses grandes sistemas metafísicos, que eram entendidos como *a ciência* primordial - isto é, a base de todas as outras ciências - são predominantes na filosofia alemã até aproximadamente a década de 1840, após a morte de Hegel.

A partir de 1840, contudo, a sociedade alemã assiste a avanços significativos das ciências naturais, tais quais a fisiologia e a química, o que pode ser exemplificado por publicações como o “Manual de Fisiologia Humana” de Johannes Muller, responsável pela “teoria das energias nervosas específicas”,

desenvolvida por ele em 1826 e de influência para autores de nosso interesse, como será retomado posteriormente. Nessa lógica, as décadas da segunda metade do século XIX na Alemanha foram palco de uma intensa divulgação e discussão das ciências naturais. Um exemplo disso pode ser observado no surgimento de jornais e revistas dedicados exclusivamente a essas ciências, sobretudo a partir da década de 1850, como foi o caso do jornal *Die Natur*, que proporcionava aos leitores uma espécie de glorificação dos triunfos das ciências naturais em ascensão. Esse período marca uma diferença fundamental em relação aos anteriores: desde o século XVIII, as *Naturwissenschaften* - as ciências naturais - eram tratadas pela cultura alemã com a mesma importância que as outras *Wissenschaften*, isto é, às outras formas de “ciência”, de conhecimento sistematizado. Já ocorria a divulgação de avanços científicos destas ciências, mas estes apareciam em jornais e revistas com temáticas mais amplas. A especificidade da divulgação científica em periódicos exclusivos e em grande escala demonstrou-se como marco de uma mudança na forma de se conceber este modo de produção de conhecimento. Este cenário abriu espaço para uma reavaliação das filosofias dominantes até aquele momento, as idealistas metafísicas, e resultou em uma série de críticas a elas direcionadas.

Um dos maiores críticos dessas filosofias, e que influenciou, em conjunto com o avanço das ciências naturais, o surgimento da corrente de pensamento materialista científica, foi Ludwig Feuerbach, filósofo que, apesar de não ser um materialista propriamente dito, teve suas conclusões radicais adotadas por nomes do materialismo, como Karl Vogt e Ludwig

Buchner. Em primeiro lugar, em sua obra sobre cristianismo e religião, Feuerbach aborda a noção de Deus como criada pelo homem, tendo este último criado uma concepção de divindade à sua própria imagem, e não o contrário. Essa perspectiva ataca diretamente os idealistas pós-kantianos, para os quais a ideia de Deus enquanto “O Absoluto” era central como fundamento da realidade, mesmo que não se tratasse do Deus personificado da religião. Outra crítica apresentada por ele é a “intelectualização da sensação”, defendida pelos idealistas, ideia segundo a qual a sensação nada mais seria do que a reflexão acerca dela, uma vez que o intelecto é, *a priori*, algo da experiência. O filósofo critica essa concepção, baseando-se na “teoria das energias nervosas” de Johannes Muller e afirma que os sentidos são tão apriorísticos quanto o intelecto, logo, a sensação é diferente da reflexão sobre ela. Essa perspectiva demonstra a influência exercida pelas descobertas da fisiologia, enquanto ciência natural, na visão de mundo dos intelectuais desta época, evidenciando a transição de um contexto intelectual marcado pelas filosofias idealistas para um marcado pelo surgimento e fortalecimento do materialismo, tendo como consequência direta uma substituição do prestígio dos filósofos idealistas pelo prestígio e respeito pelas ciências experimentais. Neste contexto, há uma associação entre filosofia e religião - já que a filosofia predominante no início do século era a idealista metafísica - e entre materialismo e ciência natural, entendendo-se que estes últimos trabalham com o “real” e “verdadeiro”, enquanto as primeiras lidavam com alegações não comprovadas. Assim, o desenvolvimento expressivo destas ciências, as críticas às filosofias idealistas - que passam a ser

chamadas de “especulativas” - principalmente por autores como Feuerbach, propulsiona a ascensão de um movimento de defesa do materialismo, exponenciado por nomes como Karl Vogt, Ludwig Buchner e Jacob Moleschott.

É neste mesmo cenário que se iniciam dois questionamentos que culminam no advento de um movimento de “retorno a Kant”, que será posteriormente chamado de “neokantismo”: a controvérsia materialista e a crise de identidade da filosofia. A chamada “controvérsia materialista” questiona se as ciências modernas, com uma autoridade inquestionável, necessariamente levam ao materialismo, isto é, se conduzem necessariamente a uma perspectiva materialista a respeito do ser humano e do mundo; enquanto a crise de identidade da filosofia refere-se à constatação de que, com o declínio dos grandes sistemas filosóficos, a filosofia não poderia mais ter um caráter fundacionista. Isso porque, como cada ciência se ocupava de um objeto específico, explicando uma parte da realidade, a filosofia não poderia mais tomar para si os objetos da ciência, o que colocou em xeque a necessidade e as condições da disciplina. Tais problemáticas propulsionaram uma série de tentativas de resposta, sendo uma delas a do neokantismo, que irá defender a filosofia como epistemologia, ou seja, como capaz de fundamentar a ciência a partir da crítica das formas de conhecimento.

Neste contexto, portanto, o movimento neokantiano, ou o “retorno a Kant”, surge como uma reação aos grandes sistemas idealistas metafísicos, tais como os de Hegel e Schelling, enfatizando a necessidade do conhecimento ser limitado pela

experiência - isto é, não ser desenvolvido a partir da pura razão, como Kant explora em sua “Crítica da razão pura” - mas também como reação ao materialismo científico, já que este, apesar de partir da experiência, não a considera enquanto “subjetiva” - no sentido kantiano do termo, ou seja, do sujeito transcendental - e parte de um realismo, ou seja, da ideia de que é possível conhecer os objetos tais como são. É neste sentido que o movimento neokantiano opera um retorno ao sujeito do conhecimento, previamente elaborado por Kant em sua teoria e esquecido tanto pela ênfase racionalista dos filósofos do idealismo metafísico quanto pelo realismo dos materialistas. Essa retomada do sujeito como centro do conhecimento, dotado de formas específicas que o permitem conhecer, é o que permitirá a este movimento impulsionar o desenvolvimento da psicologia experimental na Alemanha do século XIX, na medida em que traz à cena o estudo deste sujeito e da forma com que este conhece, com o objetivo de fundamentar qualquer conhecimento e, com isso, fundamentar a ciência.

### **A curta história**

Após a passagem pelo longo passado da psicologia e pelo contexto intelectual alemão que concedeu as condições de possibilidade para a emergência do neokantismo, trata-se agora de apresentar de que modo este movimento filosófico impulsionou o desenvolvimento da psicologia enquanto disciplina experimental, isto é, de que forma possibilitou a transição de uma psicologia filosófica - cujo objeto de estudo era a alma e a metodologia a introspecção enquanto auto-observação

- para uma psicologia cujo objeto passará a ser o sujeito do conhecimento seguindo a metodologia das ciências naturais. Para isso, é preciso o contexto dos avanços fisiológicos do século XIX, sua mudança de paradigma acerca da percepção, sua influência para as novas formulações do fenômeno psicológico e do delineamento do novo objeto de estudo psicológico. Este passaria a ser a sensação, tomada enquanto entidade primária ou dado psíquico elementar, por estar na origem da percepção, e, conseqüentemente, das representações mentais.

A seguir, entenderemos, portanto, como o problema da percepção - isto é, da relação entre a representação do mundo e o próprio mundo, a relação entre as sensações e os estímulos externos - ganha novos contornos no século XIX a partir de avanços fisiológicos e, conseqüentemente, produz uma nova concepção acerca da sensação. Pretende-se apresentar, também, como o desenvolvimento do materialismo e das ciências naturais, já explicado no tópico anterior, propicia novas elaborações acerca da caracterização do fenômeno psicológico. E, por fim, abordar como este cenário possui uma relação de continuidade com a primeira “fase” do movimento de “retorno a Kant”, a qual se caracteriza, justamente, por ser a de maior influência para os rumos tomados pela psicologia em sua versão experimental. A partir disso, pode-se apresentar, finalmente, como as influências deste primeiro neokantismo se fazem sentir nas elaborações psicológicas - ou melhor, psicofisiológicas - dessa época. Isto posto, esta seção pretende mostrar como estes cenários se relacionam e culminam nas teorias psicológicas inseridas no paradigma experimental, concedendo a importância necessária ao

movimento neokantiano, particularmente em sua primeira versão, como central para que um empreendimento como o da psicologia científica fosse possível.

**Os avanços fisiológicos e uma mudança de paradigma da percepção: Johannes Muller, a “teoria das energias nervosas específicas” e as transformações do objeto de estudo psicológico**

Durante o século XVIII e início do século XIX, a teoria dominante acerca da percepção pode ser entendida como um “modelo simples”, pautada em uma teoria da sensação que é chamada por Figlio (1975) de uma “teoria da impressão da sensação”. Nessa época, o paradigma acerca da percepção é pautado sobretudo na física newtoniana e na filosofia empirista britânica, constituindo-se como um paradigma fisicalista e representacional da percepção. Neste cenário, os estudos sobre a percepção começam a ser realizados a partir do referencial do sistema nervoso, tomado como um mediador entre a realidade externa e interna, mas também como um substrato fisiológico que promovia a união entre a mente e o corpo, capaz de levar as imagens do mundo externo dos órgãos dos sentidos à mente. Tal sistema era tomado, contudo, como um sistema homogêneo, como uma entidade indiferenciada, na qual os nervos não possuem especificidades, mas são tomados como idênticos. É nesse cenário que se encontra a “teoria da impressão da sensação”. Se os nervos são indiferenciados entre si, o que forneceria as qualidades específicas de cada sensação seriam os estímulos que as produzem. Ou seja, as qualidades da sensação

seriam qualidades do estímulo, do objeto externo que gerou a sensação, e não dos meios de percepção destes estímulos. Nesse sentido, a relação entre a mente e o mundo é dominada por uma concepção de passividade da mente, uma vez que esta é tomada como uma receptora das representações dos objetos da realidade externa. Isso ocorreria a partir da impressão, por parte dos objetos, de suas características no sistema nervoso, a partir do aparelho sensorial/órgãos dos sentidos, produzindo as sensações e dando origem ao ato perceptivo. As sensações, neste modelo, são entendidas enquanto essas “impressões” dos objetos no sistema nervoso, o qual, por sua vez, produzem as “ideias” - as representações mentais - a partir das impressões dos objetos, de forma que o objeto externo é a fonte da sensação e os órgãos sensoriais são receptores passivos dos estímulos físicos. Assim, sendo a mente composta por ideias e sendo essas geradas por sensações “impressas” pela realidade externa, a mente é considerada um substrato passivo, rendida ao “poder” dos objetos de lhe imprimirem sensações a partir do intermédio do sistema nervoso. Trata-se de um modelo pautado em uma metáfora óptica e mecânica: o sistema nervoso como um modelo de transmissão que é capaz de “carregar” o mundo exterior para o interior. Em um modelo como esse, a percepção é considerada um processo no qual a realidade externa é apresentada à mente por sua mera presença e suas qualidades - as qualidades dos objetos - são devidamente “capturadas” como são, de modo que as características apresentadas pelas sensações são idênticas às do estímulo que as produziu. Essa relação entre estímulo e sensação - em última instância, a relação entre o mundo externo e interno -

passa por uma mudança de preocupação primordial. Isso porque, se até o fim do século XVIII, o questionamento era como o objeto é capaz de “imprimir” qualidades no sujeito, na transição entre os séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento da fisiologia vitalista e a influência da filosofia kantiana torcem a concepção de que a sensação é uma cópia do estímulo. Por um lado, fisiólogos como Albrecht Von Haller e Bichat introduzem a ideia de uma atividade própria do organismo em sua relação com a realidade externa e, por outro, a influência da filosofia crítica de Kant traz à tona, conforme apresentado ao descrevermos a “Revolução Copernicana” por ele operada, o deslocamento do centro do problema do conhecimento, do objeto para o sujeito. Tais perspectivas abrem margem para que a relação entre estímulo e sensação possa ser tomada como ativamente mediada pelo sistema nervoso, enquanto um processo não de simples transmissão de características do objeto, mas como uma transformação mediada pelo sujeito. A partir disso, o problema da relação entre estímulo e sensação passa a ser uma questão primordial de investigação das ciências do século XIX.

É nesse contexto que surge a decisiva contribuição de Johannes Muller, que se torna um marco por transformar definitivamente o paradigma da percepção e, com isso, transformar toda uma concepção previamente instaurada acerca da sensação e influenciar o que viria a ser concebido como novo objeto da psicologia. Nessa esteira de pensamento, o autor apresenta, em seu Manual de Fisiologia Humana (1826), a sua “teoria das energias nervosas específicas”, a qual estabelece que cada nervo sensorial possui uma “qualidade” ou “energia”

específica, de tal forma que a qualidade percebida pelo sujeito não é pertencente ao estímulo físico, mas sim à sua estrutura sensorial. Sob essa lógica, os nervos referentes a cada órgão dos sentidos são qualitativamente distintos, diferente do que se acreditava no “modelo simples” do século XVIII e, por isso, as características presentes nas sensações são próprias do aparato sensorial humano, e não aspectos presentes nos objetos. Este entendimento vai na contramão do que a “teoria da impressão da sensação” supunha. Assim, considerando-se a qualidade da sensação originada no aparato sensorial do sujeito, entende-se que o mesmo estímulo pode produzir diferentes sensações, a depender de qual nervo sensorial for estimulado. Essa perspectiva, evidenciada pelo experimento de Muller, traz consigo uma mudança paradigmática por estabelecer o papel central do sujeito no processo de conhecimento, trazendo à tona a “Revolução Copernicana” kantiana por um viés fisiológico, o que vai influenciar a primeira geração de neokantianos a formular uma nova concepção acerca do sujeito do conhecimento. Emerge, assim, um enigma sobre o que existe *entre* o estímulo e a sensação, já que esta última não é mais uma simples cópia do primeiro o que serve de estopim para os estudos que visariam compreender justamente como o processo perceptivo é possível no sujeito.

Sob essa ótica, uma vez que a percepção é entendida como uma mediação entre o físico e o mental, na qual o sistema nervoso possui um papel ativo e não mais de mero receptor, a fisiologia do século XIX aprofunda a investigação acerca da relação entre estímulos e sensações, mais do que nunca interessada na

mediação entre esses dois domínios. Nesse cenário, o fisiologista Ernst Weber ocupa-se da diferença perceptível entre os estímulos, publicando em 1834 a “Lei de Weber”, que se ocupava de buscar explicar a relação entre a intensidade dos estímulos e a percepção destes, o que introduz a sensação como um fenômeno quantificável e prepara o terreno para que ela seja concebida como o dado psíquico elementar. Esse interesse pela sensação enquanto entidade primária e enquanto elemento fundamental do psíquico é corroborado, a partir da descoberta de Muller, pela preocupação de uma série de intelectuais acerca desta, especialmente influenciados pela “teoria das energias nervosas específicas”. Ao situarmos a teoria de Muller em um contexto inicial de desenvolvimento das ciências naturais na Alemanha, enquanto situada num momento de primórdios do advento do materialismo científico, é possível destacar uma série de discussões e embates entre os intelectuais alemães que, na esteira de Muller, trouxeram à tona elaborações sobre a sensação que possibilitaram seu estatuto de dado psíquico fundamental e possibilitaram que esta fosse tomada como novo objeto de estudo da psicologia. A noção de sensação como um objeto relevante para um estudo experimental aparece recorrentemente em obras dos materialistas científicos ou de autores que os influenciaram, como é o caso da crítica à intelectualização da sensação, realizada por Ludwig Feuerbach em sua obra de 1839, “Para a crítica da filosofia de Hegel”, na qual critica a ideia do intelecto *a priori* e propõe que os sentidos são tão apriorísticos quanto a razão, de modo que a sensação, em si mesma, não poderia ser tomada como idêntica à reflexão a respeito dela, conforme aparecia na obra de

Hegel e sim como um objeto relevantemente distinto. Mais ainda, posições como a de Heinrich Czolbe, que, em sua obra "*Neue Darstellung des Sensualismus*" ou "Nova Apresentação do Sensualismo" (1855), apresenta a experiência sensorial como o processo mental fundamental, demonstram o lugar que a sensação passou a ocupar, enquanto objeto privilegiado por ser a base de toda a percepção e, em última instância, do conhecimento. É por esse motivo que na análise de Czolbe defende a sensação como elemento primordial e a psicologia como a ciência fundamental que deveria se estabelecer a partir de bases fisiológicas, sendo, portanto, uma psicologia fisiológica.

De maneira geral, nesse contexto, marcado pelos avanços fisiológicos e por um materialismo iminente, novas perspectivas acerca do fenômeno psicológico ganham lugar, sobretudo aquelas que defendem que o pensamento e as funções mentais são caracterizados por serem processos materiais. Dentre estas, pode ser destacada, por exemplo, a posição de Karl Vogt a respeito da crença ou convicção, caracterizada por ele como apenas uma característica dos átomos do corpo, de forma que uma mudança na crença dependeria apenas da maneira e do tipo de substituição dos átomos no corpo. Outro exemplo a se destacar é a defesa de Czolbe de que seria possível reduzir a consciência em termos neurofisiológicos, o que é coerente com sua defesa de uma psicologia fisiológica, inspirado pela teoria das energias nervosas de Muller. A respeito de defesas de determinados projetos de psicologia, merece destaque, ainda, a acalorada discussão intelectual entre Rudolph Wagner e Karl Vogt, ocorrida na trigésima-primeira "Assembleia de cientistas naturais e médicos

alemães” (*Versammlung deutscher Naturforscher und Ärzte*), em 1854, na qual Wagner, ao defender a existência de uma alma imortal no ser humano, critica o fato da psicologia estar se aproximando cada vez mais das ciências naturais e de ser cada vez menos um domínio da filosofia e da teologia, o que é contraposto por Karl Vogt, o qual defendeu a mente como produto da atividade cerebral. Portanto, após a descoberta de Muller, o cenário dos avanços fisiológicos proporcionou um interesse crescente no aprofundamento da relação entre o estímulo e a sensação, sobretudo no papel predominante desta última, o que, em conjunto com uma nova perspectiva sobre o fenômeno psicológico, possibilitou os caminhos para que a psicologia experimental pudesse nascer, sobretudo a partir da concepção da sensação como dado psíquico elementar, o que dá origem à quantificação proposta por Weber e possibilitará, ainda, um outro marco fundamental nesta curta história.

Nesse contexto, destaca-se ainda o papel de Gustav Theodor Fechner, o qual ampliou as investigações sobre a relação entre os estímulos físicos e as sensações. Ocupando-se da relação entre o físico e o psíquico, ele ocupa-se, assim como Weber, da relação entre a intensidade do estímulo e da sensação, para a qual estabelece uma relação matemática a partir da Lei de Weber, que se torna Lei de Weber-Fechner. A partir disso, torna-se possível conceber a sensação como algo quantificável e sua relação com o mundo físico passa a ser passível de ser estudada por um método experimental. Ainda que Fechner estivesse inaugurando uma outra ciência, a psicofísica, e não a psicologia, seu desenvolvimento possibilitou, no contexto que estava inserido, a

mudança de um paradigma do psíquico: antes, como passível de ser estudado apenas no âmbito filosófico, para um psíquico que pode ser estudado quantitativamente a partir da sensação, que passa a ser, conforme havia sido gestado anos antes, o dado psíquico elementar. Contudo, é importante ressaltar que o projeto de Fechner não é, conforme desejavam alguns intelectuais supracitados, um projeto reducionista, no sentido de que não considerava o psíquico como redutível ao material. Na realidade, o que aparece em seu projeto é um paralelismo psicofísico, isto é, a ideia de que o âmbito psíquico e o material são duas partes de uma mesma realidade, sendo o mental irreduzível ao fisiológico.

A partir desse cenário, torna-se possível conceber o sujeito do conhecimento, especificamente naquilo que constitui sua percepção - isto é, a sensação - como um objeto de estudo referente não só a uma dimensão filosófica, como iniciado em Kant, mas como passível de ser estudado fisiologicamente. Trata-se agora de compreender de que forma estas formulações culminam em uma psicologia experimental ocupada de estudar o sujeito do conhecimento justamente sob os parâmetros psicofisiológicos, o que se relaciona com a proposta dos primeiros expoentes do movimento neokantiano.

### **O “retorno a Kant”: a reinterpretação das formas de conhecimento kantianas e a psicologia**

É de conhecimento dos leitores dos manuais de história da psicologia que a primeira forma de psicologia considerada científica é a psicologia experimental e que esta surge na segunda metade do século XIX, especificamente em 1879 com o

Laboratório de Wilhem Wundt em Leipzig. Sabe-se também que a psicologia experimental elaborada por ele era uma psicologia psicofisiológica, ocupada da experiência consciente imediata, intimamente relacionada ao problema da percepção e aos eventos mentais dela derivados. Contudo, a herança intelectual que traz à tona as condições de possibilidade dessa psicologia é comumente associada às heranças fisiológicas anteriormente mencionadas, as quais certamente possuem um papel central nesta história, mas que deixam passar um outro elemento definidor: o neokantismo ou o “retorno a Kant”, especificamente em sua fase psicofisiológica. Ocorre que se as influências da “Revolução Copernicana” kantiana se faziam indiretamente presentes nos desenvolvimentos intelectuais do século XIX e são retomadas por Muller - dessa vez no campo da fisiologia, promovendo um novo paradigma da percepção - a junção entre as duas dimensões não havia ainda sido feita explicitamente, ao menos não até o surgimento da primeira fase do neokantismo.

O movimento neokantiano costuma ser associado, em especial, à duas escolas: a Escola de Marburg e a Escola do Sudoeste, sendo a primeira marcada por nomes como Hermann Cohen e Paul Natorp e a segunda por nomes como Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert. Contudo, apesar do movimento ser reconhecido sobretudo por essas duas escolas, seus representantes e suas teorias são preconizados e influenciados por um movimento mais amplo de “retorno a Kant” muito anterior. Esse “retorno” à teoria kantiana é entendido por autores como Frederick Beiser como presente desde a primeira metade do século XIX, com filósofos tais como Fries, Beneke e Herbart e,

sobretudo desde o início da segunda metade do século, Hermann Von Helmholtz, Friedrich Albert Lange e outros. Estes últimos, na segunda metade do século, são considerados como pertencentes a uma “primeira fase” do neokantismo. O fato é que somente depois dessa primeira “fase” do movimento é que os representantes das escolas de Marburg e do Sudoeste vêm à tona, tendo suas discussões muito influenciadas pelos proto-neokantianos que o antecederam. E é, justamente, na discussão teórica entre os dois grupos - os primeiros expoentes do movimento e os das Escolas - que se encontra a chave primordial para sua influência na psicologia experimental. Isso porque o primeiro grupo é caracterizado como defensor de um “psicologismo” no que se refere à teoria do conhecimento, isto é, reinterpretam o projeto crítico de Kant à luz de algum tipo de psicologia ou psicofisiologia, sendo defensores da noção de formas do conhecimento kantianas como estruturas psicológicas ou psicofisiológicas, o que gera uma concepção de teoria do conhecimento baseada no conhecimento psicológico, que não poderia ser ignorado na constituição e desenvolvimento de nenhuma ciência, já que todas são produzidas pelos sujeitos de conhecimento. Essa perspectiva será, contudo, criticada pela próxima geração de neokantianos, os das Escolas de Marburg e do Sudoeste, ao promoverem um “anti-psicologismo”, o que parte da defesa de que o sujeito do conhecimento possui uma natureza transcendental e não psicológica. Porém, é devido à influência da primeira geração de neokantianos, a partir de nomes como Helmholtz e F.A Lange, o primeiro tendo sido professor de Wilhem Wundt e o segundo uma de suas influências filosóficas,

que a primeira forma de psicologia experimental - uma psicologia psicofisiológica - será possível.

***O neokantismo psicofisiológico de Hermann Von Helmholtz: uma reinterpretação psicofisiológica das formas de conhecimento kantianas***

Um dos cientistas naturais mais famosos da Alemanha do século XIX, Hermann Von Helmholtz (1821-1894), médico, fisiologista e físico, foi aluno de Johannes Muller no Instituto Médico de Berlim, aproximando-o dos avanços científicos em fisiologia humana de sua época. Mesmo enquanto cientista natural, era profundamente interessado em filosofia, o que resulta em seu projeto de unir ambas. Tendo sido um leitor assíduo de Kant, seu principal trabalho no que se refere a esse projeto de união do campo filosófico com o científico foi o de buscar restituir a teoria do conhecimento kantiana a partir da fisiologia moderna, o que marca o início da primeira geração do neokantismo, o “neokantismo fisiológico” ou “neokantismo psicofisiológico”, predominante na década de 1860 e assumido, após Helmholtz, por F.A Lange, Otto Liebmann e Eduard Zeller.

Em 1855, em uma palestra intitulada “Sobre a visão humana”, Helmholtz argumenta que a teoria das energias nervosas específicas desenvolvida por Johannes Muller é análoga à teoria kantiana das condições de possibilidade da experiência, de forma que a afluência dos órgãos dos sentidos na percepção das sensações seria equivalente à noção kantiana de que as representações são derivadas de leis particulares do sujeito cognoscente. Em outras palavras, o que Kant apresenta como

formas *a priori* do conhecimento humano, Helmholtz defende serem nada mais do que características do aparato perceptivo humano, ou seja, seriam formas fisiológicas e não transcendentais. Essa tese surge em um contexto em que seu interesse era de “naturalizar”, isto é, abordar de acordo com o modelo das ciências naturais, a investigação da atividade mental, o que se torna possível com essa reinterpretação das formas kantianas do conhecimento. Isso é possível na medida em que, conforme defende em sua obra “Óptica Fisiológica” (1867) ou *Physiological Optics* (1867) seu objetivo é investigar a matéria da sensação, o que ocasiona na formação de representações derivadas do processo perceptivo. Ora, sendo a atividade mental composta por tais representações, o estudo experimental do elemento fundamental que as origina - a sensação - implicaria em um possível estudo experimental da atividade mental. O interesse no estudo experimental dos processos mentais se coloca, no entanto, não como uma mera curiosidade científica, mas devido a um interesse mais amplo: compreender como o conhecimento é possível. Uma vez que entre a realidade externa e as representações mentais existe um processo perceptivo operado pelas características *do sujeito*, como é possível que essas representações, de fato, *representem* os objetos aos quais se referem? Se as características que permitem o sujeito humano conhecer a realidade são responsáveis por moldar sua experiência, qualquer conhecimento dessa experiência necessita, antes de tudo, conhecer essas características que a moldam e as representações mentais formadas a partir dela. Essa é uma questão fundamental para Helmholtz, conforme ele indica explicitamente

ao afirmar que “Nossas intuições e representações são efeitos que os objetos intuídos e representados provocaram em nosso sistema nervoso e em nossa consciência. [...] Exigir uma representação que copiasse a natureza do representado, sendo assim verdadeira em um sentido absoluto, seria exigir um efeito que fosse inteiramente independente da natureza do objeto sobre o qual o efeito foi produzido, o que seria uma contradição palpável. Assim, todas as nossas representações humanas são representações de objetos cuja espécie depende essencialmente da natureza da consciência que os representa e é codeterminada por suas características”. Este trecho de sua *Physiological Optics* (1867) não deixa dúvidas acerca do novo paradigma que se estabelece neste contexto, a saber, o de que nossas representações da realidade são moldadas pelas características de nosso aparato psicofisiológico, conforme preconizado filosoficamente por Immanuel Kant, fisiologicamente por Johannes Muller e, então, abordado psicofisiologicamente por Helmholtz. É esta tese central que, também, sustenta este projeto de “naturalização” das formas do conhecimento kantianas, pois, ao assumirem um caráter empírico, tornam-se passíveis de um estudo experimental rigoroso que possa fundamentar todo o conhecimento e toda forma de se produzir ciência, já que toda ela depende, como visto, de se conhecer esses modos de conhecimento reguladores de nosso contato com a realidade.

O estudo do fenômeno psicológico é apresentado por Helmholtz a partir de uma divisão entre uma “psicologia fisiológica”, a ser defendida por ele, e uma “psicologia pura” ou “abstrata”. A primeira é vista como parte da fisiologia dos

sentidos, sendo responsável por investigar a sensação - a partir da qual são formadas representações mentais. A segunda possui a tarefa de estabelecer as leis e a natureza da mente. Porém, esta seria dependente de uma análise que parte da introspecção, técnica que ele considera “cientificamente imatura”. Ele trata a questão em sua obra sobre “psicologia fisiológica”, cujo berço se encontra justamente na associação entre a leitura kantiana da teoria do conhecimento e as descobertas fisiológicas de Muller. Ou seja, trata-se de uma psicologia nascente cuja origem encontra-se na sua inserção no movimento do neokantismo psicofisiológico. No desenvolvimento de sua teoria, Helmholtz relaciona as representações como originadas das sensações e as percepções como uma forma de representação. Por exemplo, se uma percepção é oriunda da visão, seria uma “representação visual” e, sendo as percepções atos de nossas operações mentais, elas só podem ocorrer em virtude dessas operações mentais e, portanto, o estudo da percepção seria de domínio da psicologia. Esse estudo deveria ser guiado, no entanto, pela observação e experimentação rigorosas do ponto de vista de um observador objetivo, uma vez que os métodos anteriores, como a introspecção ou auto-observação, são apontados pelo autor como limitados pela perspectiva em primeira pessoa, passível de perceber apenas o que ocorre na superfície de sua consciência. Por esse motivo, o sujeito do conhecimento deveria ser estudado a partir do laboratório e não dos registros de auto-observação. A partir de tais elaborações, se torna possível constatar a mudança de objeto da psicologia, da alma transcendental para o aparato perceptivo do sujeito do conhecimento. Observa-se também sua transição

metodológica, da introspecção para a experimentação, como situadas em um contexto marcado por um “retorno a Kant” ou à uma primeira forma de neokantismo que, ao retomar a “Revolução Copernicana” kantiana a partir dos avanços fisiológicos de seu tempo, torna possível a psicologia fisiológica. Essa elaboração se deve em grande parte à Helmholtz, tendo em vista seu próprio projeto de uma psicologia fisiológica e à influência que esta exerceu sobre Wilhelm Wundt. Contudo, este projeto é levado adiante, também, pela influência de um outro expoente do neokantismo psicofisiológico: Friedrich Albert Lange.

***Friedrich Albert Lange: o neokantismo psicofisiológico e o projeto de uma “psicologia sem alma”***

No que se refere à relação da história da psicologia experimental com o neokantismo, sobretudo em sua primeira fase, a do neokantismo psicofisiológico, o filósofo e sociólogo Friedrich Albert Lange (1828-1875), pode ser considerado, junto de Helmholtz, como um dos principais expoentes de tal relação. O filósofo, considerado um precursor da Escola neokantiana de Marburg - sobretudo ao exercer grande influência sobre Hermann Cohen, o fundador desta escola - integrou o grupo de neokantianos pioneiros que compõe a fase psicofisiológica do neokantismo, incluindo Helmholtz. Como parte desse grupo, cuja epistemologia baseava-se na interpretação psicofisiológica da teoria do conhecimento de Kant, ele vê no retorno a Kant a possibilidade de revigorar a filosofia, considerando-a não oposta à ciência, mas, na esteira de Helmholtz, como campo

complementar, desde que não se tratasse de filosofias idealistas metafísicas como as de Hegel e Schelling. Nesse sentido, Lange posiciona-se contra tanto o idealismo metafísico quanto ao materialismo reducionista, elaborando críticas a este último ao decorrer de sua obra. Em sua famosa obra “História do materialismo e crítica de sua importância atual” (1866), o autor apresenta a história do materialismo e elabora suas críticas a este enquanto posição filosófica, o que leva a apresentar a principal ideia retomada pelo movimento de “retorno a Kant”: a noção de que a mente humana não possui acesso às coisas em si mesmas, mas sim à um mundo de aparências ou “efeitos das coisas”, que nos aparecem de acordo com nossa organização mental, na esteira do que é defendido por Kant em sua “Revolução Copernicana”. Contudo, da mesma forma que Helmholtz, pelo qual é influenciado, Lange não defende um idealismo transcendental no qual tal organização mental é característica de um sujeito transcendente, mas característica de nossa fisiologia dos sentidos, de modo que cada qualidade das coisas às quais temos acesso nada mais são do que formas de nossa sensibilidade fisiológica.

Sob essa perspectiva, sua defesa é a de que o que temos acesso é a uma realidade de aparências baseada em nossa organização interna. Porém, isso não culmina em uma negação da realidade externa nem na convicção de que esta possua leis, mas sim que os seres humanos não conseguem ter acesso à essência dessa realidade. A partir disso, ele defende a possibilidade de estudar esses “efeitos das coisas” ou “aparências” a partir de uma metodologia rigorosa baseada nas ciências naturais, de modo que é possível a formulação de leis científicas baseadas nos

fenômenos, mesmo que eles não correspondam a uma realidade em si mesma.

Na esteira desse pensamento, Friedrich Albert Lange constituiu-se como um grande crítico das psicologias filosóficas, devido à metafísica nelas presente e por buscarem uma teoria sobre a natureza da alma, a qual a nada serve, segundo o autor, uma vez que há tão pouco conhecimento preciso sobre os fenômenos particulares. Em sua obra *The Foundation of Mathematical Psychology: Essay on the Fundamental Error of Herbart and Drobisch* (1865), ele critica o sistema de psicologia de Herbart que, ainda no início do século XIX promoveu uma tentativa de psicologia empírica e matemática, mas que culminou novamente em metafísica, segundo sua crítica. O autor traz, a partir de tais críticas aos sistemas de psicologia até então existentes, uma reflexão rigorosa acerca do objeto e da metodologia da psicologia, elaborando uma proposta alternativa. Em sua “História do Materialismo”(1866), ao elaborar o temado objeto da psicologia, ele trata a alma como um conceito que é, na verdade, vazio, como um antigo mito. De acordo com sua argumentação, o problema de a psicologia possuir, como objeto de estudo, a “alma” fazia com que princípios metafísicos fossem tomados como pressupostos, de modo que há um questionamento do autor acerca de como é possível uma ciência que deixa dúvidas quanto a seu objeto. Ele critica, ainda, os elementos tomados como constitutivos do psíquico, tais como as definições de pensamento, sentimentos e vontade, uma vez que se trata de nomenclaturas para definir um grupo de fenômenos, mas cujos nomes excedem o dado na realidade. É a partir disso que ele

propõe, ao invés de uma psicologia metafísica, uma “psicologia sem alma”, cujo objeto de estudo deveria ser não mais a alma transcendente, mas a sensação, a percepção e, ainda, uma investigação sobre a ação e o discurso humanos.

Em sua elaboração do que caracteriza um processo psicológico, Lange defende que os processos corpóreos estão, por lei, conectados ao psíquico, de forma que, para cada processo psicológico, haveria uma base fisiológica ou física, mas de tal modo que esta base não é considerada a realidade última do fenômeno, como ocorre no materialismo. Por esse motivo, ele sugere que os psicólogos identifiquem, para cada processo mental estudado, o seu correlato físico ou fisiológico, o que é chamado de “processo somático”. A partir disso, no que se refere à metodologia da psicologia, o autor critica a introspecção como uma metodologia privada/individual, além de possuir uma tendência a inferências metafísicas e sua impossibilidade de estudar as condições de experiência. O fato de a introspecção ser um método que exige a auto-observação, por parte de um indivíduo, de seus próprios estados internos, impossibilita que haja observadores externos, que a repetição seja possível e não há possibilidade de estabelecimento de leis gerais. Ainda, a observação dos fenômenos internos leva, segundo Lange, à substancialização da “alma” e produz apenas nomeações, isto é, descrições verbais dos eventos mentais, como afirmar que certos eventos são “pensamentos” e outros “vontades”. A argumentação do filósofo é que tais questões impossibilitam que o método introspectivo estabeleça leis funcionais e que possa estudar as condições de possibilidade da experiência.

Nesse sentido, sendo justamente essa a proposta de psicologia de F.A Lange, a saber, a de se ocupar das condições de possibilidade da experiência, a sua crítica da introspecção permite a elaboração de uma nova proposta para o saber psicológico, constituindo-o enquanto científico. Na medida em que, para o autor, a ciência psicológica deveria se constituir como voltada a essas condições da experiência, que possuem como base os processos sensoriais e perceptivos, esta ciência deveria se ocupar desses processos, tomando-os como seu objeto de estudo. Contudo, sendo tal objeto dependente de processos fisiológicos, entende-se que seu estudo necessita se basear no estudo da fisiologia que o constitui. Isso não de modo a confundir fisiologia e psicologia, mas de maneira a compreender os processos psíquicos de sensação e percepção como psicofisiológicos, ao invés de estritamente psicológicos ou transcendentais. Sob essa lógica, sendo a sensação considerada o dado psíquico primário, o projeto de psicologia científica defendido por Lange é uma psicofisiologia, pautada justamente em uma interpretação psicofisiológica das formas de conhecimento que compõem o ser humano - as quais remetem a um retorno a Kant e, por isso, é parte do “neokantismo psicofisiológico” - e no objetivo de conhecer essas formas a partir de suas bases materiais, possibilitando a descoberta de como a formação de representações da realidade “objetiva” é possível. Para isso, o método da introspecção revela-se falho, conforme suas críticas. Ao invés desta metodologia individual e instável, o autor baseia-se em Helmholtz e propõe os experimentos da fisiologia sensorial como base metodológica, em conjunto com a metodologia da mensuração entre estímulos e

sensações, oriunda da psicofísica de Fechner. Assim, uma psicologia experimental deveria ser constituída a partir do estudo de leis fisiológicas e seu papel na percepção, a exemplo de experimentos de medição da velocidade de condução nervosa, e da medição entre estímulos físicos e sensações, a exemplo da medição do tempo de resposta a um estímulo.

É este projeto de um “kantismo psicofisiológico” que fornece para a psicologia um novo modelo teórico no qual se apoiar para construção de seu lugar enquanto disciplina científica, na medida em que constitui o fundamento teórico para uma psicologia centrada nos processos que constituem a experiência e que são passíveis de estudo experimental, conforme influenciado por autores como Helmholtz e Fechner. A partir disso, é possível constatar a influência, mesmo que indireta e parcial, de Lange no projeto de psicologia experimental de Wilhelm Wundt, o qual não adota completamente suas ideias - a exemplo da discordância acerca da rejeição completa de Lange do método da introspecção, aceita por Wundt - mas parte de sua sistematização de que as condições da experiência são o objeto da ciência psicológica, o que irá servir de influência para sua psicologia da experiência imediata e desembocará na fundação do Laboratório de Psicologia Experimental em Leipzig, marco da fundação da psicologia enquanto ciência.

A partir da reconstituição histórica aqui apresentada, torna-se possível, portanto, resgatar a importância do movimento do neokantismo ou “retorno a Kant”, especialmente em suas primeiras formulações - a fase do “neokantismo psicofisiológico” - enquanto condições de possibilidade da psicologia experimental

desenvolvida no século XIX. A partir dos apontamentos do presente texto, é possível compreender como a transição de uma psicologia filosófica para experimental só foi possível a partir da junção entre os avanços das ciências naturais e de uma mudança de paradigma da percepção, a qual se inicia com a “Revolução Copernicana” kantiana e encontra seu auge no “retorno a Kant”, em especial nas elaborações de autores como Hermann von Helmholtz e F.A Lange.

É possível constatar que foi a partir da inversão kantiana entre sujeito e objeto do conhecimento - ao trazer o primeiro para o centro do problema do conhecimento - e de sua consequente constatação do papel ativo do sujeito na percepção que se inaugurou uma questão acerca da relação entre estímulo e sensação e o questionamento das condições de possibilidade da relação entre sujeito e realidade. Apenas a partir disso foi possível a elaboração de teorias que visavam unir as formas do conhecimento transcendentais às descobertas científicas da fisiologia, o que permitiu a reinterpretação psicofisiológica das formas de conhecimento kantianas e trouxe o problema da percepção para o campo experimental. Por sua vez, isto só foi possível pela influência da teoria de Johannes Muller, das elaborações de Weber e Fechner e das mudanças no contexto intelectual alemão da segunda metade do século XIX. Esse contexto mostra que foi a partir de tal reinterpretação da relação entre sujeito e realidade que as condições de possibilidade da experiência puderam tornar-se objeto de estudo da psicologia, concedendo o fundamento necessário para que pudesse se ocupar dos dados elementares do sujeito do conhecimento - a sensação e

a percepção - e possuir uma metodologia pautada na fisiologia e na psicofísica. Assim, é possível considerar o neokantismo, especificamente o neokantismo psicofisiológico, como decisivo para consolidação da psicologia enquanto disciplina científica, sendo a partir dele que se pode situar sua gênese em articulação com o contexto histórico-filosófico da Alemanha no século XIX.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, R. Lanier. Neo-Kantianism and the Roots of Anti-Psychologism. **British Journal for the History of Philosophy**, v. 13, n. 2, p. 287–323, 2005. DOI: 10.1080/09608780500069319.

BEISER, Frederick C. **After Hegel: German Philosophy, 1840–1900**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BEISER, Frederick C. **The Genesis of Neo-Kantianism, 1796–1880**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

EDGAR, Scott. The Physiology of the Sense Organs and Early Neo-Kantian Conceptions of Objectivity: Helmholtz, Lange, Liebmann. In: PADOVANI, Flavia; RICHARDSON, Alan; TSOU, Jonathan Y. (org.). **Objectivity in Science: New Perspectives From Science and Technology Studies**. Cham: Springer, 2015. p. 101–122.

FIGLIO, Karl M. Theories of Perception and the Physiology of Mind in the Late Eighteenth Century. **History of Science**, v. 13, n. 3, p. 177–212, 1975. Acesso em: 08 nov. 2025.

GOMES, Amândio. Uma ciência do psiquismo é possível? A psicologia empírica de Kant e a possibilidade de uma ciência do psiquismo. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF, v. 17, n. 1, p. 103–111, jan. 2005. Acesso em 15 nov. 2024.

GORI, Pietro. Psychology without a Soul, Philosophy without an I: Nietzsche and 19th Century Psychophysics (Fechner, Lange, Mach). In: CONSTÂNCIO, João; MAYOR BRANCO, Maria João; RYAN, Bartholomew (org.). **Nietzsche and the Problem of Subjectivity**. Berlin; München; Boston: De Gruyter, 2015. p. 166–195.

GORI, Pietro. Leaving the Soul Apart. An Introductory Study. **Philosophical Readings**, v. 7, n. 2, p. 3–13, 2015.

GREGORY, Frederick. **Scientific Materialism in Nineteenth Century Germany**. Dordrecht; Boston: D. Reidel Publishing Co., 1977.

HUSSAIN, Nadeem J. Z.; PATTON, Lydia. Friedrich Albert Lange. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/friedrich-lange/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

ISAAC, Alistair M. C. Realism without tears I: Müller's Doctrine of Specific Nerve Energies. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 78, p. 83–92, 2019. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S003936811830133X?fr=RR-2&ref=pdf\\_download&rr=9a5a21b51dd09ca2](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S003936811830133X?fr=RR-2&ref=pdf_download&rr=9a5a21b51dd09ca2). Acesso em: 20 mar. 2025.

LEARY, David E. Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology. In: WOODWARD, William Ray; ASH, Mitchell G. (org.). **The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought**. New York: Praeger, 1982. p. 17–42. Disponível em: <https://scholarship.richmond.edu/psychology-faculty-publications/22/b>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEARY, David E. The philosophical development of the conception of psychology in Germany, 1780–1850. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 14, n. 2, p. 113–121, 1978. Acesso em 10 out. 2024.

PATTON, Lydia. Helmholtz's Physiological Psychology. In: LAPOINTE, Sandra (ed.). **Philosophy of Mind in the Nineteenth Century: The History of the Philosophy of Mind**, Volume 5. London; New York: Routledge, 2018.

PECERE, Paolo. Physiology of Mind and Autonomy of Reason: A Kantian Legacy. In: **Soul, Mind and Brain from Descartes to Cognitive Science**. Cham (Heidelberg): Springer, 2020. p. 69–90.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. A psicologia experimenterende de Kierkegaard como resposta à psychologia empirica e à experimentelle psychologie. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 144–156, 2022. DOI: 10.31977/grirfi.v22i1.2605. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/2605>. Acesso em: 28 nov. 2024.

TEO, Thomas. Friedrich Albert Lange on neo-Kantianism, socialist Darwinism, and a psychology without a soul. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 38, n. 3, p. 285–301, Summer 2002.